

DOSSIÊ “A Educação profissional e o Ensino Médio:  
Olhares retrospectivos, circunspectivos e prospectivos”

## A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM INTERFACE COM A EDUCAÇÃO EM PRISÕES NO ESPÍRITO SANTO

*Professional education interfaced with Education in Prisons in Espírito Santo*

*La educación profesional en interfaz con la Educación en las Cárceles  
de Espírito Santo*

Flávia Demuner Ribeiro  i

João Batista Pereira Alves  ii

Mariane Luzia Folador Dominicini Berger  iii

### RESUMO

O texto objetiva contribuir com a Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos (EJA), em interface com a Educação em Prisões no estado do Espírito Santo. Por meio da abordagem metodológica de sistematização de experiência, em Mejía (2005), contextualizamos a EJA Profissional no sistema prisional, destacando suas práticas pedagógicas. Na primeira parte, dialogamos sobre o processo de Educação em Prisões no Espírito Santo, fundamentando a práxis pedagógica em Freire, Julião e Onofre. A seguir, discorremos sobre a Educação Profissional e suas relações com o mundo do trabalho e as realidades dos sujeitos encarcerados, imersos na exploração e precarização do trabalho e historicamente inseridos na lógica do capitalismo. Por fim, a partir da práxis pedagógica em desenvolvimento no percurso da experiência da Educação Profissional, apresentamos alternativas de ressignificação curricular e o desafio de integração de teoria e prática no currículo da Educação Profissional no cárcere.

**Palavras-chaves:** Educação de Jovens e Adultos; EJA profissional; educação em prisões; currículo.

### ABSTRACT

*The text aims to contribute to Professional Education integrated to Youth and Adult Education (EJA), in interface with Education in Prisons in the state of Espírito Santo. Through the*

*methodological approach of systematization of experience, in Mejía (2005), we contextualize the Professional EJA in the prison system, highlighting their pedagogical practices. In the first part, we discuss the process of Education in Prisons in Espírito Santo, basing the pedagogical praxis in Freire, Julião and Onofre. Next, we discuss Professional Education and its relations with the world of work and the realities of incarcerated subjects, immersed in the exploitation and precariousness of work and historically inserted in the logic of capitalism. Finally, from the pedagogical praxis in development in the course of the experience of Professional Education, we present alternatives for curricular redefinition and the challenge of integrating theory and practice in the curriculum of Professional Education in prison.*

**Keywords:** Youth and Adult Education; professional EJA; education in prisons; curriculum.

### RESUMEN

*El texto tiene como objetivo contribuir a la Educación Profesional integrada a la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en interfaz con la Educación en Prisiones en el estado de Espírito Santo. A través del enfoque metodológico de sistematización de la experiencia, en Mejía (2005), contextualizamos la EJA Profesional en el sistema penitenciario, destacando sus prácticas pedagógicas. En la primera parte, discutimos el proceso de Educación en Prisiones de Espírito Santo, fundamentando la praxis pedagógica en Freire, Julião y Onofre. A continuación, discutimos la Educación Profesional y sus relaciones con el mundo del trabajo y las realidades de los sujetos encarcelados, inmersos en la explotación y precariedad del trabajo e insertados históricamente en la lógica del capitalismo. Finalmente, desde la praxis pedagógica en desarrollo en el transcurso de la experiencia de Educación Profesional, presentamos alternativas para la redefinición curricular y el desafío de integrar teoría y práctica en el currículo de Educación Profesional en prisión.*

**Palabras clave:** Educación de Jóvenes y Adultos; EJA profesional; educación en prisiones; currículo.

---

## Introdução

Este estudo apresenta reflexões que emergiram da práxis pedagógica vivenciada na Educação em Prisões<sup>1</sup> no estado do Espírito Santo e suas articulações com a Educação Profissional, assumindo como pressuposto a indissociabilidade dessas modalidades de ensino previstas na Lei de Diretrizes

---

<sup>1</sup> Assumiremos o uso de inicial maiúscula na expressão “Educação em Prisões” como grifo para nos referirmos a uma forma de oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que ainda não tem visibilidade nas esferas públicas de gestão educacional.

e Bases da Educação Nacional - LDB Nº 9394/96 com o mundo do trabalho, bem como a centralidade da categoria trabalho.

A proposta de Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional do Espírito Santo é resultado dos debates entre a Secretaria Estadual de Educação (Sedu) e a Secretaria de Estado de Justiça (Sejus) no processo de reelaboração do Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Espírito Santo para os anos de 2020 a 2024 (Peep/ES)<sup>2</sup>. Potencializar a formação profissional como um dos desafios que emergiram nesses debates é reafirmar a importância de qualificar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ofertada nas unidades prisionais como uma das estratégias para ampliar as oportunidades de inserção dos sujeitos egressos do sistema prisional no mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, a experiência da integração da EJA com a Educação Profissional no sistema prisional do estado do Espírito Santo vem sendo construída em um processo participativo iniciado em 2021, em duas escolas, a partir da reorganização da Educação em Prisões para a implantação do Curso Técnico em Logística.

A incorporação da formação profissional ao currículo da EJA, no sistema prisional, ancora-se na abordagem do trabalho humano em suas dimensões ontológica e histórica e como produtor da sobrevivência e da cultura. Apoia-se, ainda, na perspectiva crítica de compreensão do conceito de trabalho e mundo do trabalho, diferenciando-os dos conceitos de emprego e mercado de trabalho, buscando consolidar uma prática pedagógica fundamentada nas dimensões do trabalho, ciência e cultura dos estudantes em privação de liberdade no Espírito Santo.

A partir dessas considerações, optamos por utilizar a abordagem metodológica denominada *sistematização da experiência em educação popular*, à luz dos estudos de Mejía (2005). Nessa abordagem, a experiência dos diversos atores é reconhecida na sistematização que se faz numa construção coletiva, valorizando as produções e os saberes durante o processo da implementação da política pública. Assim,

[...] a opção básica de transformação das estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais, o empoderamento dos atores, o reconhecimento dos saberes e das práticas que são produzidas

---

<sup>2</sup> Plano Estadual para Privados de Liberdade e Egressos do Sistema Penal do Espírito Santo - Peep/ES, regulamentado pela Portaria Conjunta Sedu/Sejus nº 001-R, de 07 de fevereiro de 2022. A última versão do Plano Estadual de Educação nas Prisões do Estado do Espírito Santo foi publicada, após revisões, em 2021. Disponível em: [https://sejus.es.gov.br/media/sejus/arquivos%20pdf/plano\\_estadual\\_de\\_educAção\\_para\\_pessoas\\_privadas\\_de\\_liberdade\\_e\\_egressas\\_do\\_sistema\\_prisional\\_do\\_espirito\\_santo%20-%202021.pdf](https://sejus.es.gov.br/media/sejus/arquivos%20pdf/plano_estadual_de_educAção_para_pessoas_privadas_de_liberdade_e_egressas_do_sistema_prisional_do_espirito_santo%20-%202021.pdf). Acesso em: 25 jan. 2023.

pelos que praticam a política e vocação anticapitalista fundamentam a prática do pesquisador que deve obrigatoriamente estar engajado com o contexto de pesquisa (Alves; Carvalho, 2020, p. 793).

Considerando que, na perspectiva freireana, a função social da EJA deverá ser a de potencializar a classe trabalhadora para compreender sua importância na sociedade, por meio da articulação dos pressupostos teóricos com a realidade dos estudantes, organizamos este texto com o intuito de problematizar algumas questões da Educação Profissional no sistema prisional, com vistas a uma reflexão acerca da ressignificação do currículo da EJA, por meio da integração entre ciência, cultura e trabalho, e suas possibilidades e contradições advindas do cárcere.

### **Alguns apontamentos sobre a Educação em Prisões no Espírito Santo**

O projeto pedagógico da Educação em Prisões do estado do Espírito Santo está pautado na perspectiva de que a educação pode contribuir para que o educando em privação e restrição de liberdade atinja um nível de consciência que o possibilite ressignificar o tempo das penas a serem cumpridas no espaço do cárcere, devendo, portanto, caminhar pelo viés emancipatório, libertador, dialógico, considerando os saberes populares que os educandos possuem e a função mediadora do educador como sujeito que ensina e que também aprende (Freire, 1996).

Arroyo (2017), diante da pluralidade desses sujeitos, propõe “uma cartografia do viver” que traduz as fragilidades e as possibilidades das vivências dos educandos em suas idas e vindas à escola, somadas à cultura, aos saberes e às identidades. O autor amplia a discussão da oferta da escolarização, tratando das identidades dos educandos e educadores e pontuando que a EJA é opção de educação dos periféricos, aqui destacados como sujeitos aprisionados, despossuídos<sup>3</sup>.

Dialogando com essas perspectivas, as equipes gestoras e pedagógicas que atuam na Educação em Prisões no estado do Espírito Santo buscam consolidar uma prática pedagógica que, mesmo reconhecendo as contradições do cárcere, eduque para a liberdade. Para isso, é necessário conhecer a história da Educação em Prisões do Espírito Santo, que teve início no ano de 2005, com

---

<sup>3</sup> Antônio Rodrigues de Souza discute o processo de despossuição por ser um “[...] processo que nega (quase) tudo ao recluso penal: cidadania, participação, razões, saberes, direitos, justiça, trabalho, dignidade, condição humana. A esse processo que, pedagogicamente, ensina ao preso o seu lugar social, chamamos de pedagogia da despossuição” (Souza, 2004).

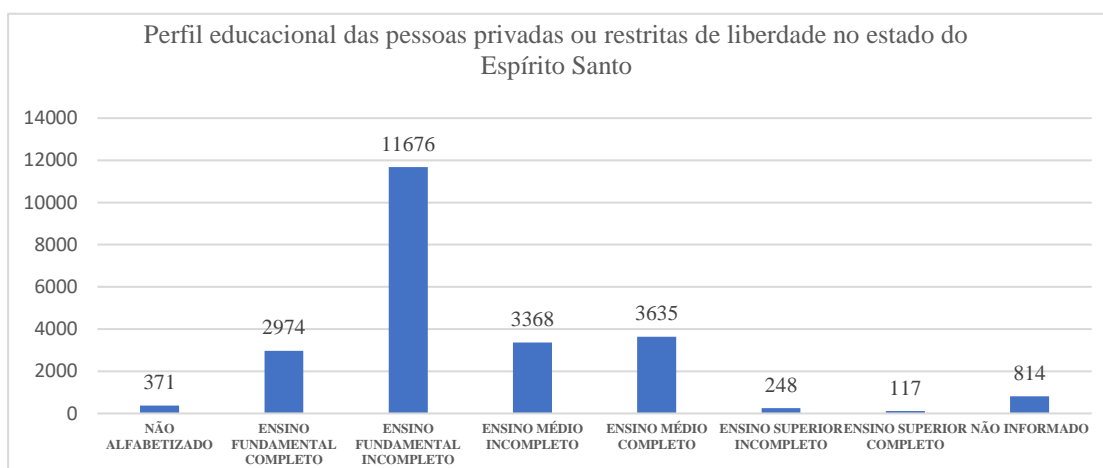
o Programa “Educando para a Liberdade”, apoiado pela Unesco e com iniciativa dos Ministérios da Educação e da Justiça.

Hoje, a oferta da escolarização acontece em 33 unidades prisionais localizadas em 13 municípios do território capixaba. A oferta da escolarização no espaço das prisões no estado possui registros no Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional 2021-2024 que indicam, inicialmente, a participação de 80 educandos da Penitenciária Estadual Feminina (PEF) e da Penitenciária de Segurança Média II (PSMEII), localizadas, respectivamente, nos municípios de Cariacica e Viana. Até 2021, o Estado ofertava a escolarização em nove Centros de Detenção Provisória; uma Colônia Agrícola; uma Unidade de Custódia e Tratamento Psiquiátrico; 19 Penitenciárias, sendo 14 femininas e 15 masculinas.

Na construção do projeto político pedagógico da Educação em Prisões no Espírito Santo, a EJA assume, entre outras funções, a de integrar conhecimentos adquiridos pelos presos ao longo de suas vidas ao conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, buscando uma prática educativa mais significativa, sustentada na linha tênue entre punição e humanização, à proposta de reabilitação para a vivência em sociedade.

De acordo com os dados obtidos por Ribeiro (2022), a prisão é um território ocupado por sujeitos que apresentam um perfil educacional variado, mas cuja metade deles cursou apenas o ensino fundamental.

**Gráfico 1** - Perfil educacional das pessoas privadas ou restritas de liberdade no estado do Espírito Santo.



Fonte: Ribeiro (2022).

Observamos no gráfico 1 que, das 23.203 (vinte e três mil, duzentas e três) pessoas que declararam sua escolaridade, 11.676 (onze mil, seiscentas e setenta e seis) cursaram apenas parte do ensino fundamental. O ensino médio

é o nível de escolarização de 3.635 (três mil, seiscentos e trinta e cinco) presos, enquanto 117 (cento e dezessete) cursaram o ensino superior.

Analisando esses números, percebemos que as pessoas que fizeram o curso superior completo, ou mesmo incompleto, ou seja, 248 (duzentos e quarenta e oito), constituem um grupo bem menor que o grupo de pessoas com pouca escolarização. A análise do gráfico 1 nos conduz à reflexão sobre as inúmeras exclusões econômicas, sociais, políticas, de raça e de gênero, entre outras, vividas por esses sujeitos, e sobre como a EJA é uma modalidade educacional capaz de acolher essas leituras de mundo e conduzi-las às leituras da palavra. Desse modo, a escolarização no ambiente de privação de liberdade possibilita que esses estudantes vivenciem movimentos de reflexão e criticidade necessários tanto ao convívio e às integrações sociais dentro da prisão quanto ao convívio na sociedade quando adquirirem a liberdade.

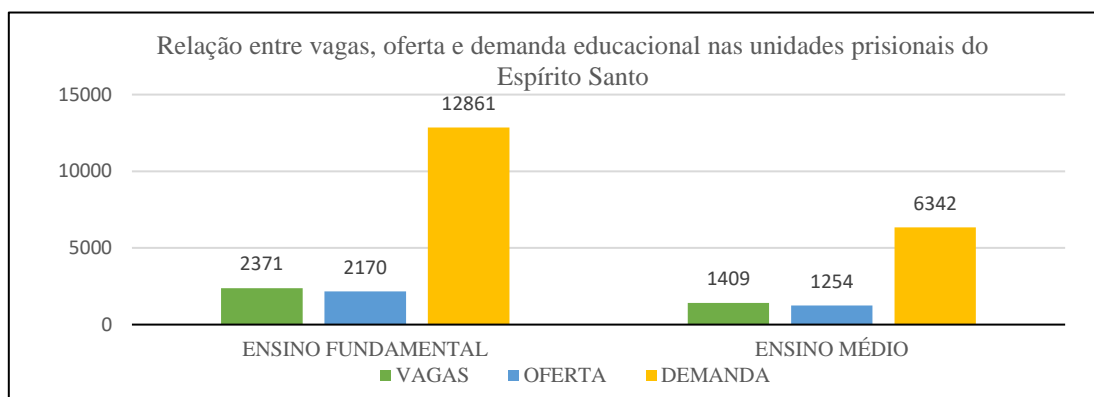
O perfil delineado indica a necessidade de avanço nas políticas públicas educacionais relativas ao acesso e à permanência dos educandos nas etapas da educação básica e do ensino superior, revelando que a efetivação dos direitos à população periférica é um enorme desafio para a nossa sociedade.

O Peep/ES (2021-2024) traz os desafios da equidade e da qualidade no processo de escolarização, considerando as diretrizes que orientam a EJA em prisões, incluindo, entre outras indicações, a necessidade de oferta da EJA Profissional, com vistas à inserção no mundo do trabalho. As limitações e as ausências de espaços físicos para instalação de laboratórios e bibliotecas, a fragilidade da prática docente em função das questões de segurança que, erroneamente, se sobrepõem às práticas pedagógicas, o financiamento, a ausência de ações culturais e de projetos de remição de pena pela leitura são dificultadores para o processo educativo, comprometendo a (re)integração social e cognitiva do sujeito aprisionado.

Concordamos com Onofre e Julião (2013) sobre ser reduzido o tempo disponibilizado para a escolarização nas prisões, se comparado ao das instituições escolares fora das unidades prisionais. Essa redução ocorre em função dos procedimentos de segurança que acontecem no início e no fim das aulas, tais como a contagem de materiais (lápiz, borracha, folhas dos cadernos etc.). Coadunamos também com a consideração dos autores sobre o fato de que a infraestrutura, bem como os materiais didáticos e pedagógicos são precários, e que os processos de formação docente específicos para atuação nesses espaços inexistem. Para os autores, com esses desafios impostos à proposta de uma educação que liberta, que se constitui ao longo da vida e que envolve a especificidade da Educação em Prisões – um espaço com dimensões educativas e de segurança –, as discussões que perpassam a formação permanente dos profissionais docentes ainda são consideradas tímidas (Onofre; Julião, 2013).

O Peep/ES (2021-2024) assume, em suas metas e ações, a EJA, e sua condição reintegradora, como modalidade capaz de atender às demandas da Educação em Prisões, articulando as pautas da segurança e da educação num contexto de negação, exclusão e despossuição, cujos sujeitos aprisionados, mas não somente eles, têm o direito de acesso a uma educação de qualidade, crítica e que liberta, na contracultura dos conceitos pedagógicos das prisões. Os dados do Peep/ES (2021-2024) indicam o grande desafio que o estado enfrenta para assegurar o direito à educação (Gráfico 2).

**Gráfico 2** - Relação entre vagas, oferta e demanda educacional nas unidades prisionais do Espírito Santo.



Fonte: Ribeiro (2022).

Observa-se que apenas 17% da população carcerária é atendida pelo ensino fundamental e apenas 22% dela acessa o ensino médio. Sabedores de que os presos, ao retornarem à sociedade, almejarão novas possibilidades para trabalharem e para participarem dos diferentes grupos sociais, entendemos que há urgência na ampliação da oferta de vagas de escolarização nas unidades prisionais, assegurando-lhes o direito à educação.

Nessa esteira, adentramos à discussão da necessidade de ampliação da oferta da EJA integrada à Educação Profissional às pessoas privadas ou restritas de liberdade no Estado do Espírito Santo.

## **A Educação Profissional para o egresso do sistema prisional como política pública na perspectiva do direito ao trabalho**

Histórica e ontologicamente, o trabalho estrutura o desenvolvimento humano, manifestando-se das mais diversas formas, seja quanto à utilização das capacidades físicas e mentais do homem para produzir o que é necessário à satisfação das suas necessidades, seja quanto aos princípios que regem a divisão social dessa produção.

Em sua origem etimológica, a palavra trabalho significa *tripalium*, instrumento de tortura utilizado para empalar prisioneiros de guerra e escravos fugidos (Carcanholo, 2011). Partindo dessa origem, que tem uma carga negativa e opressora, o conceito de trabalho vem sofrendo significativas alterações, como afirma Carcanholo (2011, p. 147):

A origem do trabalho encontra-se na necessidade de a humanidade satisfazer suas necessidades básicas, evoluindo para os outros tipos de necessidades, mesmo supérfluas. Assim, trabalhar é produzir riqueza, o que é necessário em todos os modos de produção, seja no comunal primitivo, no escravista, no feudal, no capitalista ou nas experiências socialistas. O que muda é a forma de produzir, a tecnologia utilizada e a relação entre o sujeito que produziu e o que se apropria do que foi produzida; tal forma varia de acordo com o tipo de organização da sociedade.

Esse desenvolvimento do trabalho, tal como exposto por Carcanholo (2011), contribui para compreendermos sua dinâmica na atualidade, tendo como referência as diferentes fases do trabalho na história, transformando a natureza para satisfazer as suas necessidades. Essa construção vai se complexificando ao longo desse processo histórico, unificando o homem e a natureza. Para Kosik (1976, p. 184),

O trabalho é procedimento ou ação em que, de certo modo, se constitui a unidade do homem e da natureza na base da sua recíproca transformação: o homem se objetiva no trabalho, e o objeto, arrancado do contexto natural original, é modificado e elaborado. O homem alcança no trabalho a objetivação, e o objeto é humanizado. Na humanização da natureza e na objetivação (realização) dos significados, o homem constitui o mundo humano. O homem vive no mundo (das próprias criações e significados), enquanto o animal é atado às condições naturais.

Dessas dimensões ontológica e histórica, e da concepção de trabalho que integra homem e natureza, e que, enquanto atividade constrói, cria e recria a cultura num processo de humanização, é que emerge a categoria trabalho como princípio educativo que deve subsidiar o Projeto Político Pedagógico da Educação Profissional nas prisões.

Por isso, é importante que esse projeto, em nível estratégico e tático, se articule com outras políticas públicas, abrindo caminho para a construção da cidadania<sup>4</sup> para que seja pautada uma Educação de Jovens e Adultos

---

<sup>4</sup> Considerando a polissemia do termo “cidadania”, trataremos aqui não como um conceito absoluto ou neutro, como o faz o pensamento liberal, mas como um conceito histórico, na perspectiva da formação humana, como fundamento dos interesses comuns por todos os cidadãos, por meio de garantias legais e políticas sociais, as quais não são suficientes para a



comprometida com a formação de um sujeito com autonomia intelectual, ética, política e humana, capaz de superar a visão utilitarista de “formar para o mercado do trabalho”.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o direito ao trabalho, previsto no Art. 6º da Constituição Federal e no Art. 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, talvez seja o direito menos efetivo em função do desemprego estrutural, como consequência do “Capitalismo Improdutivo” (Dowbor, 2017), permitindo a emergência de grandes fortunas em mãos de pessoas que nada produzem. Outro fator que também tem contribuído para a redução dos postos de trabalho é a introdução de novos modelos organizacionais.

A hegemonia do capital fictício traduz-se em efeitos sociais perversos para a classe trabalhadora, principalmente pelo desemprego em larga escala. Na década de 1990, no auge da implantação das políticas neoliberais no Brasil e no mundo, a ensaísta e romancista Viviane Forrester, em sua obra “O Horror Econômico”, já denunciava o tão temido desemprego que, segunda a autora, acarretava exclusão, culpa, insegurança e sentimento de vergonha.

Nessa lógica perversa do neoliberalismo, os desempregados “[...] são levados a se considerarem indignos da sociedade, e sobretudo, responsáveis pela sua própria situação, que julgam degradante (já que degradada) e até censurável. Eles se acusam daquilo que são vítimas” (Forrester, 1997, p. 11).

Hoje, porém, sob a égide do discurso da meritocracia, esse quadro tem se agravado, uma vez que, no ideário neoliberal, o desemprego é resultante da pouca qualificação. Consequentemente, diante de um mercado cada vez mais competitivo, o trabalhador traz para si a responsabilidade pela formação continuada e ainda se culpa pela baixa escolarização. Com a ameaça constante de demissão, o trabalhador carrega o sentimento de que, “[...] para além da exploração dos homens, há algo ainda pior: a ausência de qualquer exploração” (Forrester, 1997, p. 16).

No Brasil, a crise do desemprego se conjuga com as consequências nefastas da Reforma Trabalhista, consolidada após o golpe de 2016 que desmontou intencionalmente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), legalizou as atividades laborais análogas à escravidão e substituiu o modelo de emprego padrão por formas de trabalho absolutamente precárias. Entre elas estão a terceirização sem limites, o trabalho por jornada parcial e o trabalho intermitente. Com isso, assistimos diversas categorias de trabalhadores sofrendo com a instabilidade nas relações de trabalho.

---

superação das desigualdades, mas podem trazer contradições importantes para a luta de classes em benefício da classe trabalhadora.

O enfraquecimento dos sindicatos é, também, reflexo dessa nociva Reforma Trabalhista. Esse processo não é transitório e ocorre em diversos países, pois “[...] onde quer que os imperativos do mercado regulem a economia e governem a reprodução social, não há como escapar da exploração” (Wood, 1998, p. 29).

Dowbor (2020), no prefácio do livro “O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais”, indica que essa crise caminha junto com outros fatores tais como a destruição do planeta, refletindo na mudança climática, na destruição da biodiversidade, na degradação dos solos, na contaminação da água doce etc. Convergindo com a catástrofe ambiental, o autor aponta para a crise da desigualdade social, com milhões de pessoas no mundo passando fome, e a concentração de riqueza cada vez mais acentuada.

A exploração do trabalho a partir da precarização, da flexibilização, da terceirização e do trabalho escravo contemporâneo resulta sempre em processos problemáticos, contraditórios, historicamente localizados e inseridos na lógica do capitalismo, que nos impõem o desafio de ressignificar o currículo da EJA no sistema prisional. Esse cenário é desafiador para a concretização de uma política de Educação Profissional na perspectiva do trabalho como princípio educativo, de formação humana para os estudantes do sistema prisional que, historicamente, foram excluídos do processo de escolarização e de inserção no mundo do trabalho.

### **Desafio da integração teoria e prática na Educação Profissional no cárcere**

É exatamente a vida que, aguçando a nossa curiosidade, nos leva ao conhecimento; é o direito de todos à vida que nos faz solidários; é a opção pela vida que nos torna éticos (Freire, *apud* Barreto, 1998, p. 11).

A epígrafe de Freire é intencional. Ela sinaliza para o nosso propósito de discutir a complexidade do mundo do trabalho para os estudantes da EJA no sistema prisional, considerando que tanto o público da EJA quanto o da Educação em Prisões têm suas histórias marcadas por exclusões e negação de direitos.

Esse contexto tem nos provocado a pensar, planejar e efetivar estratégias de sobrevivência e garantia dos direitos fundamentais, incluindo trabalho e educação para um público predominantemente jovem do sistema carcerário, vislumbrando sua inserção no mundo do trabalho ao retornarem ao convívio social.

Nesse sentido, o Curso Técnico em Logística Integrado se configura como uma oportunidade de qualificação profissional para que, no futuro, os egressos do sistema prisional possam atuar em atividades de transporte, armazenamento e distribuição de produtos e mercadorias. As operações logísticas são necessárias nos setores da indústria, do comércio e de serviços, e possuem grande relevância no setor estratégico das organizações.

A integração curricular da Educação Profissional com a EJA é fundamentada em Ciavatta (2005). Segundo a autora, “Remetemos o termo integrar ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade do diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas diversas mediações históricas que se concretizam os processos educativos” (Ciavatta, 2005, p. 84). Assim, a implantação de um curso técnico integrado no sistema prisional é a possibilidade de “[...] construir uma proposta de integração de conhecimentos gerais e específicos no ensino médio, que contemple a formação básica e a profissional de maneira que as pessoas se tornem capazes de compreender a realidade e de produzir a vida” (Ramos, 2007, p. 25).

Para a concretização dessa política pública, um grande desafio é realizar um curso técnico em uma unidade prisional, onde há restrições para desenvolver a parte prática do curso, considerando as limitações impostas pelo sistema carcerário. Para enfrentar essa situação, foi proposto um currículo que articula as teorias do curso nos componentes curriculares de Práticas de Logística, tendo como referência os processos logísticos do sistema prisional.

Dessa forma, é possível atuar no processo de simulação em um ambiente que configura diversas práticas, confrontando os conteúdos do Curso de Logística com essas atividades, promovendo a integração da teoria com a prática, constituindo-se em investigação, explicação, interpretação e interlocução na realidade dos processos de organização dos recursos materiais do sistema prisional. Assim, essa vivência prático-pedagógica no campo da Logística aproxima o estudante, a partir de diferentes teorias estudadas, da realidade de processos de suprimentos do sistema prisional.

Nesse sentido, a prática, materializada como componente curricular, se constituirá, no Curso Técnico em Logística, numa intensa relação entre educação e trabalho, articulando os conteúdos e métodos trabalhados nas etapas, integrando, a partir dos processos logísticos de uma unidade prisional, o conhecimento acadêmico, a atividade laboral e a investigação. Entre as ações a serem desenvolvidas pelo estudante no âmbito dessas práticas, destacam-se a participação em atividades voltadas à pesquisa, a reflexão e a intervenção em situações-problema que surgem na unidade prisional, em que é possível utilizar diversas técnicas aprendidas no curso. É, portanto, uma prática educativa como

atividade curricular intencionalmente planejada para integrar o currículo do curso com as atividades profissionais no ramo da Logística.

Nessa perspectiva, o Curso Integrado de Logística do sistema prisional está organizado de forma a proporcionar e a favorecer a prática da interdisciplinaridade, por meio de uma educação profissional e tecnológica integradora de conhecimentos científicos, experiências e saberes advindos do mundo do trabalho, possibilitando aos estudantes da Educação em Prisões condições de intervirem em situações concretas. Essa concepção de integração curricular e de trabalho como princípio educativo

[...] implica superar a visão utilitarista, reducionista de trabalho. Implica inverter a relação, situando o homem e todos os homens como sujeitos do seu devir. Esse é um processo coletivo, organizado, de busca prática de transformação das relações sociais desumanizadoras e, portanto, deseducativas. A consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que é dentro destas velhas e adversas relações sociais que podemos construir outras relações, nas quais o trabalho se torne manifestação de vida e, portanto, educativo (Frigotto, 1989, p. 8).

Nessa concepção de educação, que tem como pressuposto a formação *omnilateral*, Saviani (2007), ao considerar a relação entre trabalho e educação nas dimensões ontológica e histórica, faz as seguintes indagações:

Trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa. Assim, a pergunta sobre os fundamentos ontológicos da relação trabalho-educação traz imediatamente à mente a questão: quais são as ações de trabalhar e educar? Ou: o que é que está inscrito no ser do homem que lhe possibilita trabalhar e educar? (Saviani, 2007, p. 152-153).

Tendo como referência o trabalho como princípio educativo, essa concepção de educação que tem como pressuposto a formação *omnilateral* se materializa em um currículo que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras articulando trabalho, ciência e cultura. Entretanto, há que se considerar que o sistema prisional é um cenário controverso, no qual os educadores enfrentam, cotidianamente, desafios para consolidar uma proposta pedagógica de formação humana emancipatória.

## **Considerações finais**

Ao versar sobre a experiência da Educação Profissional integrada à EJA no sistema prisional do Espírito Santo, confirma-se que, mesmo em um curto

tempo histórico, a proposta implantada vem se consolidando como uma política pública educacional na perspectiva da inclusão social.

Contudo, o Projeto Político Pedagógico das escolas do sistema prisional revela os limites e as potencialidades, com mediações impostas pelo sistema carcerário que, muitas vezes, não reconhece a educação como direito. Nesse sentido, a proposta pedagógica desenvolvida nessas duas unidades prisionais constitui-se em produção de um conhecimento forjado na luta cotidiana pelos educadores que apostam na Educação em Prisões, com formação de uma cultura geral integrada à Educação Profissional.

A partir da implantação do Curso Técnico de Logística em duas unidades prisionais, é notório o quanto uma proposta educacional construída coletivamente, implantada a partir de uma demanda real da comunidade e avaliada, sistematicamente, em conjunto com os sujeitos envolvidos tem um enorme potencial para se configurar como política pública.

Mesmo considerando o contexto desafiador da inserção dos egressos do sistema prisional no mundo do trabalho, pode-se afirmar que a Educação em Prisões, independente da oferta de cursos de Educação Profissional, deve estar atrelada à formação profissional pensada a partir de um currículo que traduza o trabalho como princípio educativo. A Educação Profissional integrada à EJA é pauta da gestão pública, e vem como meta dos Planos Nacional e Estadual de Educação, precisando ser concretizada, progressivamente, como afirmação de um projeto educacional que se inspire na essencialidade do trabalho como formação humana e se conecte com as necessidades dos estudantes.

Nessa direção, para a proposição de uma Educação Profissional na perspectiva de valorização da EJA no sistema prisional, rompendo com a dicotomia cultura geral e formação profissional, essas escolas vêm reconstruindo sua proposta pedagógica, coletivamente, com diversos sujeitos das Secretarias da Educação e da Justiça, que convergem com esses ideais, cumprindo assim a função primordial de produzir “[...] em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida coletivamente pelo conjunto dos homens” (Saviani, 1997, p. 17).

Reiteramos que a intenção deste texto é contribuir para o debate acerca da Educação em Prisões e da Educação Profissional integrada à EJA, como políticas públicas que busquem alternativas práticas e possíveis, pautadas no processo de geração de trabalho e renda, de redução das desigualdades sociais e regionais e no desenvolvimento científico e tecnológico. É nesse contexto que essa proposta pedagógica de Educação Profissional no sistema prisional vem sendo gestada: na perspectiva de uma formação humana emancipatória que se materialize e que, mesmo que seja uma experiência embrionária, possa se transformar em ação concreta para o projeto de construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

ALVES, João B. P.; CARVALHO, Carlos Fabian. Educação Profissional na EJA de Vitória (ES) em tempos de pandemia. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**. v. 5, n. 9, p. 791-807, jul./dez. 2020.

ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA - itinerários pelo direito a uma vida justa. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 2017.

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

CARCANHOLO, Reinaldo A. **Capital**: essência e aparência. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise; CIAVATTA, Maria (org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: GOMEZ, Carlos M. **Trabalho e Conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MEJÍA, Marco Raúl. Aprofundar na Educação Popular para construir uma globalização desde o sul. In: UNESCO. **Educação popular na América Latina**: desafios e perspectivas. Brasília: Unesco, MEC, CEAAL, 2005.

ONOFRE, Elenice. M. C; JULIÃO, Elionaldo. F. Apresentação: Educação em Prisões. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, jan./mar. 2013.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. Rio de Janeiro, 2007.

RIBEIRO, Flávia D. **Experiências formativas na Educação em Prisões no Espírito Santo**. 2022. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. *RBE*, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

SOUSA, Antonio. R. Sociedade, gestão penal e tratamento ao preso – uma pedagogia de despossuição. **27ª Reunião Anual da Anped**, GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos, Caxambu, n. 03, 2004. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/t033.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. **Crítica marxista**, v. 50, n. 3, jul./ago. 1998.

---

Submissão em: 03 mar. 2023

Aceito em: 21 out. 2022

---

---

<sup>i</sup> **Flávia Demuner Ribeiro**

Doutoranda e Mestra em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo e licenciada em Ciências Biológicas pela Escola Superior São Francisco de Assis. Pesquisadora vinculada ao Nepe/Ufes - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais. Atua como técnica pedagógica da Educação em Prisões na Gerência de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado da Educação/ES.

E-mail: [flaviademuner06@gmail.com](mailto:flaviademuner06@gmail.com)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0825501835224940>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9316-4431>

<sup>ii</sup> **João Batista Pereira Alves**

Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense e Graduado em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina/ES. Atua como técnico pedagógico da Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado da Educação/ES.

E-mail: [joaoppfh@gmail.com](mailto:joaoppfh@gmail.com)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/00088154125309123>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2332-1504>

iii **Mariane Luzia Folador Dominicini Berger**

Mestranda em Educação e Humanidades pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina/ES. Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Observatório da Educação Popular e Movimentos Sociais da América Latina/Ufes e Coletivo Girassol/Ifes. Atua como Gerente da Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado da Educação/ES.

E-mail: [mariberger2016@gmail.com](mailto:mariberger2016@gmail.com)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1478377334104310>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0009-3470-0478>